



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640022 - SP (2021/0012550-8)

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : JAIR FERREIRA MOURA  
**ADVOGADO** : JAIR FERREIRA MOURA - SP119931  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RAFAEL DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : LUCAS RICARDO DOS REIS NUBI  
**CORRÉU** : GRAYCE KELLY REGINA DANIEL  
**CORRÉU** : VINICIUS BALDENEBO BATISTA  
**CORRÉU** : CLAUDIA REGINA DE SOUZA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAFAEL DE OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (Cautelar Inominada n. 2271644-87.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante no dia 15/11/2020 pela suposta prática do delito de tráfico de drogas. Durante a audiência de custódia, foi-lhe concedida a liberdade provisória. Contudo, no bojo da Cautelar Inominada acima, foi novamente decretada sua prisão preventiva.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à nova custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto a decisão carece de fundamentação apta a justificar a imposição da medida, eis que baseada tão somente na gravidade abstrata do delito e o paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva com a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante não juntou o acórdão julgado referente à Cautelar Inominada n. 2271644-87.2020.8.26.0000, constando apenas a decisão monocrática do desembargador relator que deferiu a liminar (fls. 97/101).

O voto juntado aos autos (fls. 37/45) trata de Cautelar Inominada referente a EDER RODRIGO XAVIER, que não é impetrante no presente *writ*.

A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se ao Tribunal de origem informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do acórdão julgado referente à Cautelar Inominada n. 2271644-87.2020.8.26.0000 que trata a respeito da liberdade de RAFAEL DE OLIVEIRA.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência